



Ministério da Educação  
Universidade Federal de Alfenas  
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001  
Telefone: (35) 3701-9102, 3701-9103 - <http://www.unifal-mg.edu.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23087.005834/2023-07

**Inexigibilidade de Licitação**  
(Lei nº 14.133/2021, art. 74, III, f)

**Pagamento de 2 (duas) inscrições para participação no Curso de capacitação "Sistemas EFD-Reinf e DCTFWeb, aplicados para à Administração Pública, com orientações normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", na modalidade online**

### 1. OBJETO

**1.1** O presente Termo de Referência tem como finalidade o pagamento de 2 (duas) inscrições para participação no Curso de capacitação "Sistemas EFD- Reinf e DCTFWeb, aplicados para à Administração Pública, com orientações normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", com carga horária de 16 (dezesseis) horas/aulas que será realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2023, na modalidade online, especificações e exigências constantes deste Termo de Referência.

**1.1.1** O Curso de capacitação "Sistemas EFD- Reinf e DCTFWeb, aplicados para à Administração Pública, com orientações normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", com carga horária de 16 (dezesseis) horas/aulas que será realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2023, na modalidade online.

**1.2** Servidores que participarão do Curso de capacitação "Sistemas EFD- Reinf e DCTFWeb, aplicados para à Administração Pública, com orientações normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", a saber:

- Pedro Otavio Silva; e
- Robson Porto Prado

### 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

**2.1** Pagamento de 2 (duas) inscrições para participação no Curso de capacitação "Sistemas EFD- Reinf e DCTFWeb, aplicados para à Administração Pública, com orientações

normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/aulas que será realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2023, conforme Folder do Curso (SEI 0956654).

**2.2** O Conteúdo Programático do curso de capacitação "Sistemas EFD- Reinf e DCTFWeb, aplicados para à Administração Pública, com orientações normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", consta na Documento SEI 0956654.

### **3. DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**3.1** As especificações contidas neste Termo de Referência e em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes no Aviso divulgado no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Em caso de divergência nas especificações, prevalecerão as deste Termo de Referência lançados na Página do Comprasnet e, ainda, dos avisos e esclarecimentos lançados na página de licitações, [www.unifal-mg.edu.br/licitacoes](http://www.unifal-mg.edu.br/licitacoes).

**3.2** A proposta de preços apresentada deverá ser em moeda nacional, com preço total para o evento, em algarismo e por extenso, observando-se as especificações e conteúdo programático mencionado na cláusula 2 Descrição do Objeto deste Termo de Referência, bem como na Proposta Comercial apresentada, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto, ora contratado, **incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, encargos fiscais e todos os ônus diretos, e também as despesas com o instrutor (honorários e encargos sociais), material didático e de apoio e certificado.**

**3.3** A Contratada deverá manter sua Regularidade Fiscal Federal e a Regularidade Trabalhista válidas bem como Relatório do TCU das Certidões: CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CGU), CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU) e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas demonstrando que a empresa não possui nenhum impedimento.

**3.4.1.** Poderão ser solicitadas, no momento da habilitação da contratação, as Certidões Estadual e Municipal.

### **4. FUNDAMENTO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO**

**4.1** A contratação da Pessoa Jurídica está fundamentado na alínea f do inciso III do artigo 74 da Lei 14.133/2021:

#### **Seção II**

#### **Da Inexigibilidade de Licitação**

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:  
[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória

especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

## **5. DA EMPRESA OFERTANTE E DO(A) MINISTRANTE DO EVENTO/CURSO**

**5.1** A Empresa **GD TREINAMENTOS LTDA**, Nome Fantasia PROF GILVAN DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº **37.165.052/0001-28** encontra-se regular com suas certidões fiscais e está capacitada a ministrar o evento de capacitação.

**5.1.1** A Empresa **GD TREINAMENTOS LTDA** apresentou Atestado de Capacidade Técnica (SEI 0964954), para comprovação da capacidade para executar o serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência.

**5.2 Sobre o Ministrante do curso, Gilvan Dantas**, conforme Currículo anexo ao processo (SEI 0964808).

**5.2.1** Professor e Contador Público; Mestrando em Administração Pública Profissional pela FGV; Pós graduado em Gestão Estratégica pela FGV. É formado em Ciências Contábeis pela UNIDF. Auditor Federal de Finanças da Secretaria do Tesouro Nacional. Especializou em Gestão Estratégica pela Fundação Getúlio Vargas. Foi primeiro Subsecretário de Contabilidade Pública da STN no período de 2010 a 2015. Foi também o Contador Geral da União no período de 2008 a 2010, Contador Geral do Ministério da Fazenda no período de 2017 a 2018 e atualmente é o Diretor de Finanças e Contabilidade do Ministério da Economia. Liderou o processo de modernização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público na função de Subsecretário de Contabilidade Pública da STN conduzindo a elaboração e implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP. É coautor do Livro Entendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, editado e publicado pela Editora Gestão Pública. Foi professor de centenas de cursos nos últimos 15 anos.

## **6. JUSTIFICATIVA DO REQUISITANTE**

**6.1** Justifica-se a participação dos servidores, tendo em vista as diversas mudanças na Normativa da retenção IN RFB 1.234/2012 alterada pela IN RFB 2.108/2022 se faz necessário a contratação de curso para capacitação e instrução de novos códigos da devidas retenções da IN1234/12 (SEI 0956643).

**6.2** Justifica-se, também, que (SEI 0956998):

CONSIDERANDO a grande importância da participação dos servidores da UNIFAL-MG (imposta por Acórdão do TCU inclusive) nestes tipos de eventos;

CONSIDERANDO que a linha de aprendizagem desta ação visa à preparação de um gestor para o desempenho de atividades de gestão, contribuindo para a otimização do exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção e para o

desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que ambos atuam e aos cargos que ocupam;

CONSIDERANDO que as competências individuais dos servidores nos setores de lotação estão alinhadas à competência institucional, como missão, visão e valores da UNIFAL-MG, contidos no **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UNIFAL-MG**;

CONSIDERANDO que tal necessidade de capacitação nos foi solicitada quando à época do "Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento para 2023", conforme e-mail enviado a todos os dirigentes da UNIFAL-MG para que pudéssemos analisar as propostas e verificar a viabilidade operacional e orçamentária das mesmas;

CONSIDERANDO que a necessidade de desenvolvimento está registrada no **Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP UNIFAL-MG 2023** (SEI nº 0956997), conforme MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS remetidos pelo Portal Sipec (Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal), e

CONSIDERANDO a previsão na proposta orçamentária 2023 para atendimento da solicitação e a importância dos conhecimentos que serão adquiridos para o trabalho realizado pelos servidores em suas atribuições, sugerimos que seja efetuado, **com o orçamento da capacitação, o pagamento das inscrições para os dois servidores.**

## **7. VALOR TOTAL PARA O PAGAMENTO DAS INSCRIÇÕES E JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

**7.1** Valor total para o pagamento das inscrições é de **R\$1.806,00 (um mil oitocentos e seis reais)**, sendo o valor de R\$903,00 (novecentos e três reais) cada inscrição .

**7.2** Conforme mencionado no Pronunciamento nº 43/2023/CCA-PROGEPE/PROGEPE/Reitoria (SEI 0956998):

Informamos que atualmente a referida ação de desenvolvimento não faz parte do catálogo de cursos da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e da Escola Virtual de Governo (Documento SEI nº 0957047), por isso justificamos o pagamento das despesas, pela UNIFAL-MG, no referido curso.

**7.3** Foram juntadas aos autos Nota Fiscal (SEI 0964956) emitida pela empresa de mesmo curso realizado em data anterior, para comprovação/justificativa do valor da inscrição e, também, telas extraídas do sítio eletrônico da empresa GD Treinamentos LTDA, link <https://www.gilvandantasead.com.br/> (SEI 0964774), com os valores de outros cursos com características semelhantes ao curso do presente processo, demonstrando o valor praticado no mercado.

**7.4** Cabe destacar que em consulta realizada no Portal do Banco de Preços (Relatório Banco de Preços - SEI 0964616) foram localizadas contratações iguais e semelhantes realizadas por órgãos públicos, para justificativa do valor da inscrição.

## **8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1** O Curso de capacitação ""Sistemas EFD- Reinf e DCTFWeb, aplicados para à

Administração Pública, com orientações normativas práticas com enfoque nos eventos da Série R-4000: R4010, R-4020 e R-4040", será com aulas em ambiente virtual 100% Ao Vivo interativas.

**8.1.1** O curso será realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2023.

**8.1.2** O curso terá carga horária total de 16 (dezesesseis) horas/aulas.

**8.1.3** Será disponibilizado:

- Material do conteúdo do curso será disponibilizado para os participantes via e-mail e também será disponibilizado no grupo de WhatsApp que será criado para os alunos tirarem suas dúvidas.
- Certificado de Conclusão.

**8.1.4** O curso será ministrado ao vivo pela plataforma do Zoom..

**8.2** Será emitida Nota de Empenho no valor total do objeto.

## **9. DA GARANTIA**

**9.1** Para o cumprimento da garantia, a responsabilidade por todas as despesas diretas ou indiretas que venham a surgir na falha da execução do (s) serviço (s) por culpa da Contratada, ficando, a UNIFAL-MG, isenta de qualquer responsabilidade sobre o custeio da reparação do serviço.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** Os recursos para atendimento ao objeto deste Termo de Referência, possuem disponibilidade orçamentária própria, conforme Despacho Administrativo da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN.

## **11. DO PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo e pela apresentação do documento fiscal, desde que atendidas às exigências deste Termo de Referência, Dispensa de Licitação e o disposto no item 8.8 da Instrução Normativa nº 05, de 21/07/95, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, mediante crédito em Conta corrente bancária da CONTRATADA, através do Banco do Brasil S/A;

**11.2** O documento Fiscal terá que ser emitido obrigatoriamente com o número de inscrição

no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo documento Fiscal emitido com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz;

**11.3** Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal);

**11.4** No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município;

**11.5** Poderá ser deduzido do documento Fiscal o valor de multa aplicada;

**11.6** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** O FORNECEDOR CONTRATADO obriga-se a:

- a)** Acusar o recebimento da Nota de Empenho;
- b)** Prestar os serviços conforme especificado na Proposta e neste Termo de Referência;
- c)** Obedecer aos requisitos mínimos de qualidade na execução dos serviços, conforme proposta;
- d)** Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UNIFAL-MG e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas;
- e)** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações, e quaisquer outras que forem devidas ao(s) seu(s) empregado(s), referentes à execução do objeto, ficando, ainda, a UNIFAL-MG isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;
- f)** Pagar pontualmente, seus fornecedores e suas obrigações fiscais, relativas ao objeto deste processo, exonerando a UNIFAL-MG de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- g)** Arcar com todas as despesas operacionais necessárias à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência;
- h)** Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todos os serviços contratados;
- i)** Executar fielmente o serviço, prestando-o conforme as especificações apresentadas, de acordo com as exigências constantes deste Termo de Referência;
- j)** Comunicar a contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a execução do Curso;
- k)** Acatar todas as exigências da Contratante, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações

formuladas;

**l) Comunicar a Contratante, com antecedência mínima de 3 (três) dias os motivos que eventualmente impossibilitem a participação do servidor no curso;**

**m) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, conforme este Termo de Referência;**

**o) Fornecer e disponibilizar o material em meio eletrônico;**

**p) Fornecer e disponibilizar os certificados de conclusão do curso em meio eletrônico;**

**q) Arcar com as despesas do instrutor (honorários e encargos sociais);**

**r) Todos os dispositivos deste Termo de Referência deverão ser seguidos rigorosamente; e**

**s) Demais obrigações, conforme proposta apresentada.**

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1** A UNIFAL-MG obriga-se a:

**a)** solicitar, a execução do(s) serviço(s) conforme previstos neste Termo de Referência e na proposta da Contratada;

**b)** efetuar o pagamento ao fornecedor Contratado no valor total, através de nota(s) fiscal(is) do(s) serviço(s) entregue(s), se aceito(s);

**c)** observar para que, durante a prestação dos serviços, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida no termo, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

**d)** efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da(s) notas(s) fiscal(is), correspondentes(s) ao(s) serviço(s) executado(s);

**e)** acompanhar e fiscalizar a perfeita execução dos serviços;

**f)** recusar serviços que estejam em desacordo com as especificações do termo de referência e da proposta apresentada;

**g)** designar servidor da administração para proceder a avaliação e o recebimento dos serviços;

**h)** acompanhar e fiscalizar a execução do curso, por representante da administração, especificamente designado por portaria, que atestará as notas fiscais para fins de pagamento, comprovando a prestação de serviços de forma correta;

**i)** notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços;

**j)** exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

### **14. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**14.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 155 e incisos, o fornecedor/adjudicatário que:

**15.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**15.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**15.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**15.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**15.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**15.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**15.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**15.1.12** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**15.2** O fornecedor/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas da Lei 14.133/2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções previstas no artigo 156 e incisos da Lei 14.133/2021:

**15.2.1** Advertência;

**15.2.2** Multa:

**15.2.2.1 multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na entrega do material caracterizando inexecução parcial; e**

**15.2.2.2 compensatória no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor remanescente do contrato.**

**15.2.3** Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos;



#### 15.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados, artigo 156, § 1º e incisos da Lei 14.133/2021:

15.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16 DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Alfenas, 5 de abril de 2023.

**PEDRO OTÁVIO SILVA**

Diretor do Departamento de Execução Orçamentária, Finanças e Contabilidade  
PROAF

Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Otávio Silva, Diretor do Departamento de Execução Orçamentária, Finanças e Contabilidade**, em 05/04/2023, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código



verificador **0964682** e o código CRC **7509324B**.

---

**Referência:** Processo nº 23087.005834/2023-07

SEI nº 0964682